O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO:

demanda, planejamento e sistematização

Soraide Isabel Ferreira[1]
Janaína Carvalho Barros[2]

RESUMO
Este artigo é parte da pesquisa de mestrado intitulada "O exercício profissional das Assistentes Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso: demandas sociais e respostas profissionais" realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso, pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social, apresentada em 2019. Possui o objetivo de apresentar reflexões sobre o exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT, no que se referem à demanda institucional, planejamento e sistematização das ações profissionais. Aponta, inicialmente um debate sobre o Serviço Social nessa instituição. Posteriormente traz alguns apontamentos sobre o trabalho das Assistentes Sociais nesse espaço. Nas considerações finais, apresenta-se uma síntese reflexiva dos pontos centrais destacados na pesquisa, os quais sinalizam para a centralização das ações junto à Assistência Estudantil, dada às condições humanas de trabalho. Identifica-se também uma fragilidade do trabalho multiprofissional, o que requer a integralização da equipe.
Palavras-chave: educação profissional e tecnológica, serviço social; exercício profissional, planejamento, sistematização.

ABSTRACT:
This Article is part of a research for a Master thesis named "The professional practice of social workers from Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso: social demands and professionals answers" performed by University Federal of Mato Grosso, by the Graduate Program in Social Policy, submitted in 2019. It has the aim to provide reflections about the social workers' professional practices in the IFMT, in relation to the institutional quest, planning and professional actions systematizations of the professional actions. At first, it indicates a discussion about Social Work in this institution. Afterwards, it brings some notes on the work of the Social Workers in this space. In the closing remarks, it presents a reflexive synthesis of the central points emphasized in the research, which signal to the centralization of the action connected to the Student Assistance, given the humane working conditions. It also identifies a weakness in the multidisciplinary work, which requires a team integration.
Keyword: professional and technological education, social worker, professional practice, planning, systematization.

[1] Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT, *campus* Cuiabá; Mestra em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; Email: ysa.ferreira21@gmail.com.
[2] Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, *campus* Cuiabá; Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Email: jan-cars@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O artigo em tela apresenta alguns resultados da dissertação de Mestrado[3], tendo como objetivo analisar o exercício profissional das Assistentes Sociais[4] que atuam no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, a partir das demandas sociais e das respostas profissionais. Dentre as várias frentes em que essa pesquisa se desdobrou, a que nos coube sintetizar e apresentar, nesse momento, refere-se a análise da demanda institucional e do processo de planejamento e de sistematização das ações profissionais.

O exercício profissional cotidiano encontra-se inserido num contexto político-ideológico expressamente marcada pela contrarreforma da Educação, que por diversas vezes gera demandas sociais e, consequentemente, impacta no desenvolvimento das respostas profissionais. Em razão disso, percebemos que a operacionalização do exercício profissional, no âmbito da Educação Profissional Tecnológica com o propósito claro de contribuir para o acesso e a permanência dos estudantes na instituição de ensino, por meio da construção de estratégias que possibilitem a viabilização dos direitos sociais, sob o prisma da ideologia neoliberal, tem sido perpassado pelas condições objetivas nas quais esse fazer profissional se efetiva nos mais diversos *campi* do estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, entendemos a legitimidade e a necessidade de estudos que busquem analisar o exercício profissional, contribuindo para o preenchimento de uma lacuna ainda deixada pela produção acadêmica do Serviço Social. Assim, realizamos uma Pesquisa Descritiva, com abordagem qualitativa, sendo as informações coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com 9 (nove) Assistentes Sociais, lotadas em diferentes *campi* do IFMT. As profissionais selecionadas ingressaram após a aprovação do regulamento da Assistência Estudantil (2012). Devido à Remoção e à Nomeação, a atuação profissional variou entre 3 (três) meses a 5 (cinco) anos. Referente à jornada de trabalho, as Assistentes Sociais cumprem entre 30 (tinta)

[3] Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP/Humanidades-Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Parecer nº 2.430.385.
[4] Utilizaremos a forma nominal no gênero feminino, visto que a grande maioria das profissionais do Serviço Social do IFMT é composta por mulheres

horas a 40 (quarenta) horas semanais. Destas somente uma não tinha especialização, sendo que uma concluiu e outra estava cursando Mestrado. Quanto ao vínculo empregatício todas são concursadas.

2. O SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO: DEMANDA INSTITUCIONAIL

A história do IFMT integra a própria história dos Institutos Federais. Trata-se de instituições centenárias que passaram por diversas transformações desde a sua origem, em 1909 (PRADA, 2015) até a atual configuração como Instituto Federal, ocorrida em 2008[5], no governo do ex-presidente Lula. De modo especial, no âmbito de Mato Grosso é criado o IFMT, com a união dos dois Centros de Referência em Educação Profissional no Estado: o CEFET (Mato Grosso), o CEFET Cuiabá (São Vicente) e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

Desde então o IFMT, em um processo contínuo de expansão e interiorização, alcançou diversas outras localidades em MT. Atualmente o IFMT conta com 14 *campi* institucionalizados e 05 *campi* avançados[6], sendo eles: Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva; Campus São Vicente; Campus Cáceres – Professor Olegário Baldo; Campus Cuiabá - Bela Vista; Campus Pontes e Lacerda – Fronteira Oeste; Campus Campo Novo do Parecis; Campus Juína; Campus Confresa; Campus Rondonópolis; Campus Sorriso; Campus Várzea Grande; Campus Barra do Garças; Campus Primavera do Leste; Campus Alta Floresta; Campus Avançado Tangará da Serra; Campus Avançado Diamantino; Campus Avançado Lucas do Rio Verde; Campus Avançado Sinop; Campus Avançado Guarantã do Norte.

Pode-se dizer que historicamente “o pleno acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento das capacidades intelectuais e investidas da classe trabalhadora nunca esteve ao centro das preocupações das frações burguesas brasileiras [...]” (GAWRYSZEWKI, 2017, p. 135), assim há uma conveniência significativa de uma parcela de analfabetos para as fileiras da força de trabalho mal remunerada.

---

[5]Instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação,
[6] Trata-se de *campi* do IFMT em processo de implantação.

Diante dessa realidade, comungo da defesa de autores como Pacheco (2011) sobre a relevância da Política de Educação Profissional e Tecnológica para o combate à desigualdade de acesso à Educação e à extrema desigualdade socioeconômica que obriga grande parte dos filhos da classe trabalhadora a trabalhar visando complementar a renda familiar, ou a auto sustentação, muito antes dos 18 anos de idade (MOURA, 2007). Desse modo, o IFMT oferta cursos de Ensino Médio Integrado, Ensino Subsequente, Ensino Superior, Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, além de programas sociais do Governo Federal, voltados para a formação profissional e elevação da escolaridade.

A implantação dos *campi* do IFMT e a respectiva implantação dos cursos devem ocorrer de acordo com pesquisa sobre o potencial econômico (demandas do mercado de cada região) e social (necessidades da população). Essa expansão objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social do mercado local, seguindo a lógica da sustentabilidade e da formação para além do mercado de trabalho, pautada em uma concepção crítica e propositiva.

Com esse objetivo o IFMT criou o Plano de Desenvolvimento Institucional PDI[7] (2014-2019), segundo o qual, a missão do IFMT é “Educar para a vida e para o trabalho”, focada no compromisso com a inclusão social. Sustentado na participação de todos os atores envolvidos no processo educacional, objetiva a formação de cidadãos para o mundo do trabalho. Isso evidencia que seu o papel deve extrapolar o âmbito do ensino das profissões promovidas em seus cursos:

O IFMT desenvolve ainda função estratégica no desenvolvimento socioeconômico do Estado, na medida em que a qualificação profissional, o incentivo à pesquisa, os projetos de extensão e suas demais ações estão relacionados à gestão regional, buscando incluir a classe trabalhadora nos processos formativos e melhorar a renda dos trabalhadores e a qualidade de vida da população mato-grossense. Nesse sentido, busca possibilitar o acesso dos filhos da classe trabalhadora, que enfrentam barreiras de cunho socioeconômicas para ingresso nessa instituição.

[7] Documento elaborado por diversos servidores, dentre eles, Assistente Social em que se definem, por um período de cinco anos as estratégias, as metas, os objetivos, o cronograma e a metodologia que nortearão a articulação das ações para a manutenção de padrões de qualidade de ensino.

A inserção das Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação Tecnológicas – IFETs, ocorreu, em sua maioria, a partir de 2008[8], no período de discussão e, posterior aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES– 2010[9]. Esse período que foi marcada pela expansão dos IFETs, bem como pela aprovação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visou a ampliação das condições de acesso e permanência na Educação Superior (PRADA, 2015).

Especialmente em Mato Grosso, a inserção das Assistentes Sociais ocorreu após a aprovação do Programa de Assistência Estudantil no âmbito do IFMT, em 2012, sendo que as profissionais ingressam em sua maioria a partir de 2013. Assim se verifica desde esse período o ingresso de mais de quinze Assistentes Sociais em diferentes *campi* de Mato Grosso. Isso mostra que a inserção nesse espaço sócio-ocupacional decorre de um objetivo claro de atuação junto à demanda institucional de trabalho no Programa Nacional de Assistência Estudantil, no sentido de trabalhar na gestão local da Política de Assistência Estudantil.

Dessa forma, as Assistentes Sociais inseridas no IFMT são desafiadas a atuarem em um cenário marcado pelas refrações da Política Educacional que sofre impactos da ofensiva neoliberal, o qual gera rebatimentos da atual conjuntura para o exercício profissional (SILVA, 2013). É preciso, portanto, ter muita clareza das suas atribuições privativas e das suas competências profissionais para não reduzir suas intervenções ao nível da reprodução das relações de produção.

Não podemos deixar de notar também que a progressiva inserção das Assistentes Sociais na Educaçãoé fruto da luta do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais (CRESS), bem como do envolvimento das profissionais pela ampliação de espaços nessa área. Essa luta intensificou-se com a aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 3.688/2000[10]. Entretanto, somente depois de muitas lutas e embates, em julho de 2013 é que esse PL/2000 foi aprovado.

[8] Até 2008, havia 71 Assistentes Sociais nos IFETs (BRASIL, 2018).
[9] Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
[10] Dispõe sobre a inserção da Assistente Social no quadro de profissionais da Política de Educação.

Embora tal legislação tenha favorecido a inserção de Assistentes Sociais na Educação, ela não delimita o número de profissionais por área, assim as escolas têm trabalhado com equipes mínimas ou incompletas para atendimento das demandas dos estudantes, como ocorre no IFMT, onde tem-se um número expressivo de estudantes e um número pequeno de profissionais do Serviço Social. Atualmente o IFMT conta com 28.549 estudantes[11]. Esse número de sujeitos demandam a intervenção da Assistente Social. Entretanto, em contraposição, tem-se um número bem restrito dessas profissionais, limitando-se a uma por *campus.*

Conforme o "Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação" (CFESS, 2013), a inserção responde, sobretudo, às requisições socioinstitucionais de ampliação das condições de acesso e de permanência da população nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Com essa finalidade, as Assistentes Sociais do IFMT têm buscado trabalhar via programas governamentais com o intuito de ampliar o acesso à Educação, bem como intervir no processo de permanência do estudante, por meio do desenvolvimento de ações e de projetos nos espaços educacionais, que ampliem o conhecimento da sua realidade em uma perspectiva que abarca a complexidade da dinâmica das relações sociais, a fim de oferecer respostas profissionais que superem a ação imediatista.

Conforme relato das profissionais do Serviço Social do IFMT, a principal requisição institucional as Assistentes Sociais é o desenvolvimento de atividades junto ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Este objetiva garantir o acesso e a permanência dos estudantes devidamente matriculados em Instituições Federais de Ensino e prevenir situações de abandono e de repetência escolar oriundos de condições de pobreza, que impactam no desenvolvimento educacional dos estudantes, prioritariamente formado pelo público composto pelos filhos da classe trabalhadora. Em sua maioria, as entrevistadas relatam que:

> *[...] nós elaboramos muitos editais por conta da seleção [da assistência estudantil], sempre procuramos viabilizar o acesso [dos estudantes] nos editais, entendendo a [sua] realidade, [...] flexibilizando a questão de prazos, [...] (Entrevistada A).*

[11]Dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha (plataformanilopecanha.org).

A centralização de atividades profissionais nos processos que envolvem a Assistência Estudantil ocorre por meio de duas intervenções: a análise socioeconômica dos candidatos e o acompanhamento dos estudantes bolsistas, seguida também de outras ações, como o planejamento das ações, elaboração de edital, monitoramento e execução das ações da Assistência Estudantil.

Neste sentido, a entrevistada *E* também aponta *Análise socioeconômica dos estudantes que participam dos Editais de auxílios estudantis; Acompanhamento dos estudantes; Planejamento e monitoramento dos programas e ações de Assistência Estudantil no campus.*

As principais ações desenvolvidas pelos assistentes sociais na Assistência Estudantil perpassam pelas seguintes etapas: elaboração do edital; divulgação; orientações aos candidatos no processo de inscrição; recebimento das inscrições; análise e seleção dos processos em conjunto com a comissão de seleção; divulgação dos resultados; recebimento dos termos de adesão; digitalização e atualização de dados bancários; contatos com os bolsistas; emissão de lista para solicitação de pagamento mensal com as devidas atualizações; acompanhamento dos bolsistas.

As profissionais também são requisitadas para atuarem na análise dos critérios estabelecidos nos editais da Assistência Estudantil como preencher registros, verificar documentos comprobatórios, avaliar as justificativas apresentadas nos recursos dos estudantes, sendo essa atividade mediada por sistemas informacionais. Isso gera algumas ambiguidades no seu exercício profissional, como o descompasso entre o acesso ao direito e os critérios seletivos e o enquadramento das necessidades dos estudantes às determinações estabelecidas nos editais.

Esta realidade faz com que o exercício profissional das Assistentes Sociais na Política de Assistência Estudantil fique centrado à concessão de auxílios financeiros. Vargas (2008, p. 50), afirma que as “dificuldades de cunho econômico podem interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho”.

Outro aspecto evidenciado refere-se à limitação de profissionais na área de Serviço Social para o trabalho que ocorre institucionalmente, devido à falta de códigos

de vaga para a contratação de mais Assistentes Sociais e de outras profissionais, que atendem os estudantes, como psicólogas e pedagogas, de tal forma que a instituição acaba por priorizar ações mais emergenciais, deixando de desenvolver, por exemplo, ações socioeducativas, as quais poderiam contribuir de forma mais significativa com a permanência estudantil.

O número restrito de Assistentes Sociais que se coloca em questão um debate muito caro à categoria profissional, no que se refere às condições objetivas para o desenvolvimento de um trabalho cada vez mais eficiente e que atenda as demandas expressas pelos estudantes. Nos IFETs ainda não há um critério estabelecido para a definição do número de profissionais, sejam Assistentes Socais ou outros servidores (PRADA; GARCIA, 2019, p. 92).

Há que se considerar que o exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT, assim como nas demais políticas sociais, conforme Guerra (2012) tem se dado na execução terminal das políticas, cujo formato limita a sua ação profissional:

> [...] o padrão atual de políticas sociais privatista, mercantilista e assistencialista, que fragmenta, segmenta e setoriza as necessidades e categorias sociais, predispõe um tipo de intervenção: pontual, focalizada, imediata, burocrática, mimétrica, repetitiva, pragmática e eminentemente instrumental, exigindo pouca qualificação para responder às demandas imediatas, condicionando o exercício profissional às características e dinâmica do cotidiano e se limitando a ele (GUERRA, 2012, p. 52-53).

Isso confirma a afirmação de Iamamoto (2015, p. 18) de que "[...] é possível atestar o crescimento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos [...], a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população de ter acesso aos direitos sociais [...]". Evidencia também que o exercício profissional das Assistentes Sociais é mediado por requisições e por demandas.

Podemos afirmar a partir de Torres (2017, p. 8) que o exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT "[...] é necessariamente mediada pelas requisições e demandas que expressam os interesses tanto daqueles que o contratam como trabalhador assalariado, como dos próprios usuários [alunos]". Sendo polarizado por interesses distintos: da instituição empregadora e dos estudantes.

Embora as Assistentes Sociais tenham como centro organizador de suas ações o PNAES – como demanda institucional, delimitando os objetivos de sua ação ao

esperado pela instituição, cabe notar que “essa relação não é linear ou escravizada de tensões e nuances (PRADA; GARCIA, 2019, p. 90), tanto que as profissionais têm buscado ampliar sua intervenção na Assistência Estudantil, de modo a trabalhar as outras demandas, como as profissionais, as dos estudantes e as da família.

A finalidade principal de trabalho junto ao PNAES infere na compreensão da Assistência Estudantil de forma ampliada, no sentido de garantir a permanência estudantil com formação de qualidade, isso, requer pensá-la para além da focalização na transferência de renda, pois o trabalho junto à Assistência Estudantil é muito mais do que prover recursos, envolve também a análise das condições humanas, em prol da viabilização e consolidação dos direitos dos estudantes.

3. O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DAS ASSISTENTES SOCIAS: PLANEJAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES PROFISSIONAIS

O planejamento responde pela apreensão das alternativas na realidade, pela elaboração das respostas necessárias frente às demandas dos trabalhos e das requisições institucionais e pela indicação teórica, metodológica e técnico-operativa utilizada pela profissional, ou pela equipe para a objetivação de suas finalidades, possibilitando a busca de respostas profissionais, que pautados no Projeto Ético-Político – PEP favoreçam os interesses dos trabalhadores (VASCONCELOS, 2015).

O exercício profissional das Assistentes Sociais do IFMT ocorre em equipes multiprofissionais compostas por: assistente social, pedagogo, psicólogo, técnico em assuntos educacionais, tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais e assistente de alunos. No entanto, nas falas das profissionais uma questão que sobressai é a indicação de que não há um trabalho multiprofissional para tratar das demandas, prevalecendo ações individuais, emergenciais e imediatistas.

> *[...] o trabalho, geralmente está acontecendo a partir da demanda que chega, cada uma traz a sua urgência, então, para que eu possa realizar o trabalho, conto com o profissional que esteja ali naquele momento, se a Pedagoga está nós faremos o trabalho, se o TAE está nós faremos o trabalho, [...] Mas não existe um planejamento [...]. Foi proposto que fizéssemos reuniões mensais para tratar a respeito [das situações de atendimento] [...] (Entrevistada C).*

Verificamos a existência de dificuldades para se realizar planejamento das ações em equipe multiprofissional. Isso nos leva a apontar sobre a necessidade de entender o planejamento como atividade essencial de uma prática pensada, articulada, organizada e avaliada, com a participação dos demais membros que compõem a equipe multiprofissional, no sentido de fortalecer esse tipo de trabalho frente às demandas trazidas pelos estudantes de forma cada vez mais coletiva, crítica, reflexiva e proativa.

Constatamos que embora seja importante o planejamento não é realizado em equipe multiprofissional, mas sim, junto aos núcleos e às comissões de trabalho:

> *[...] o planejamento é feito pela Comissão de Assistência Estudantil; pela Comissão de Permanência e Êxito, pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas; do Núcleo de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; que são as coordenações de que estamos inseridas [...] [porém] trabalhar em comissão é diferente do que trabalhar em equipe [multiprofissional] que vai atuando mais no cotidiano, [já a comissão atua] mais na pontualidade [...]* (*Entrevistada I).*

Isso significa dizer que o planejamento realizado se volta para um trabalho mais pontual, ou seja, ainda não se trabalha as situações de forma mais ampla, o que evidencia uma fragilidade do trabalho da equipe multiprofissional. Diante da pontualidade que o trabalho em núcleo e comissão requer, as profissionais indicaram a necessidade de ter uma visão mais abrangente das demandas, para além das requisições institucionais postas no seu exercício profissional, o que na percepção delas, o planejamento multiprofissional é que contribuiria para: conhecer os estudantes; formalizar reuniões; planejar ações; elaborar intervenções e definir prioridades; fatores que sinalizam para a promoção de discussões e formalização dos fluxos de atendimentos com a equipe:

> *O [planejamento multiprofissional] [...] não é [...] para monitorar a questão de falta e de nota, é para perceber [o] [...] estudante que está faltando, que está com nota baixa, [se] ele [...] está passando por algum problema, seja questão de relacionamento na sala, [ou na] família, [...] é no sentido, de se aproximar dele [...] (Entrevistada A).*
>
> *[O planejamento multiprofissional] é importante para definirmos as prioridades que têm que ser executadas (Entrevistada D).*

Dessa forma, os relatos das profissionais entrevistadas nos permitem identificar a necessidade de elaboração de planejamento multiprofissional para trabalhar as expressões da questão social que se expressam no ambiente educacional com os demais profissionais, sem se prender a uma prática superficial, abstrata, generalista, burocrática e irrefletida.

Segundo Vasconcelos (2012), as Assistentes Sociais precisam estabelecer relações necessárias entre as diferentes especialidades, pois as expressões da questão social não devem ser objeto de preocupação apenas desta categoria, já que não é exclusivo de sua responsabilidade. A autora aponta ainda que "dificilmente um só profissional daria conta de todos os aspectos de uma realidade tão complexa e tornada intencionalmente mais complexa, o que leva [...] a recorrer-se ao trabalho [multiprofissional]" (VASCONCELOS, 2012, p. 443).

Ainda segundo Vasconcelos (2015, p. 488-489) o planejamento prepara as equipes profissionais para a atividade coletiva, o que envolve "conhecimentos necessários a uma inserção crítica na realidade, apreendida como parte [...] da totalidade social; [...] tendo em vista os fins e os objetivos propostos, no que se refere à utilização de recursos, instrumentos e técnicas".

Em relação ao Planejamento do Serviço Social, as Assistentes Sociais entrevistadas reconhecem a necessidade de elaborá-lo para evitar que se prendam em demandas cotidianas e não avancem na realização de outras ações profissionais:

> *[...] o planejamento [do Serviço Social] perpassa [pelo] [...] olhar de identificar para além das demandas que estão colocadas no cotidiano, [...] é um exercício que eu procuro fazer sempre porque senão ficamos só respondendo as requisições que são colocadas no dia-a-dia e não conseguimos avançar. Então esse planejamento, [...] tem sido feito ao longo de um semestre ou de um ano[...] (Entrevistada D).*

O planejamento do Serviço Social possibilita identificar os conflitos da contradição da relação capital/trabalho, refletidos pela presença da luta de classes no movimento institucional. É na busca por uma prática pensada por meio do planejamento que as Assistentes Sociais se preparam para o exercício profissional consciente, crítico e criativo. Entretanto, em alguns *campi,* ele está atrelado à realização de reuniões para discutir sobre as situações que envolvem os alunos.

Nesse sentido, reiteramos a consideração de Vasconcelos (2015, p. 229) sobre a necessidade de se realizar o planejamento, visto que:

> [...] é o planejar [o que envolve a apropriação de informações e conhecimento, investigação, estudos, levantamentos, definição de objetivos, definição de propriedades, metas, ações necessárias, formas de sistematização da prática realizada, indicadores e avaliação e análise concreta de situações concretas] que os profissionais vão ampliando sua formação acadêmico-profissional na direção de uma *subjetividade rica*, assim como apreendendo o movimento dos espaços sócio-ocupacionais, podendo assim contribuir com os trabalhadores/usuários no processo de sua formação e transformação das condições materiais de vida e de trabalho [...] (grifo da autora).

No entanto, identificamos que as respostas das entrevistadas estão concentradas na abordagem individual, o que sinaliza uma fragilidade no planejamento das ações profissionais da equipe que atende os estudantes, já que:

> [...] ao exercer sua profissão os assistentes sociais se deparam com inúmeras situações que os mobilizam a construir respostas profissionais [coletivas], dentre elas, destacam as demandas apresentadas pelos usuários, quer seja de modo espontâneo, quer seja em decorrência de encaminhamentos de outros profissionais [...] (TORRES, 2017, p. 11).

A sistematização é um momento de extrema importância para as profissionais do Serviço Social, pois possibilita uma interação entre o sujeito e o objeto de trabalho. As Assistentes Sociais devem analisar esta relação de forma ampliada e totalitária, ou seja, a partir dos seguintes aspectos: político, ético, institucional e social. No entanto, muitas vezes a sistematização tem perdido sua intencionalidade e, tornando apenas um instrumento de registro e de verificação de informações para a Instituição.

É preciso compreender as demandas além de suas aparências, desse modo o registro sistematizado é um instrumento que reflete as habilidades e competências teóricas, possibilitando o estudo e avaliação do exercício profissional as Assistentes Sociais no cotidiano através de dois instrumentos: o registro e sistematização.

As Assistentes Sociais do IFMT consideram a sistematização do exercício profissional importante para o registro do trabalho como retrata o depoimento que se segue: [...] *tudo o que faço eu coloco numa planilha, [...]. Tenho procurado documentar tudo o que faço, porque é um meio de segurança também (Entrevistada C).*

No entanto, identificamos uma fragilidade na realização da sistematização do exercício profissional das Assistentes Sociais no IFMT, dentre as entrevistadas poucas relataram que sistematizam suas ações profissionais, conforme relato *[...] na medida do possível procuramos sistematizar as ações profissionais [...] (Entrevistada A).*

A sistematização das ações profissionais fortalece princípios, valores, compromissos e objetivos assumidos contribuindo para o protagonismo dos trabalhadores diante da imposição dos limites do capital, intercedendo "no acesso aos direitos, favorecendo a [...] construção de caminhos para a materialização e consolidação de processos emancipatórios" (VASCONCELOS, 2015, p. 230).

Assim a sistematização é um passo preliminar e necessário, um momento do processo de conhecimento para as Assistentes Sociais sobre o material empírico para a construção teórica (para o momento de síntese que se dá como reprodução do movimento da realidade). Ela permite problematizar as condições do exercício profissional, os fenômenos existentes; identificar suas características, dificuldades e lacuna; evidenciar a necessidade de aprofundamento teórico para melhor compreendê-los; adotar determinado referencial teórico que permita interpretá-los para atender as necessidades dos estudantes.

Nessa perspectiva é preciso buscar "[...] o desenvolvimento de um trabalho pautado no zelo da qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos éticos-políticos com os interesses coletivos da população usuária" (IAMAMOTO, 2015, p. 20).

Com a utilização do registro e da sistematização temos a possibilidade de superar o senso comum que muitas vezes atinge as profissionais no dia a dia, potencializando as ações profissionais a partir da materialização dos pressupostos do PEP da profissão, visando à viabilização dos direitos sociais dos estudantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção do Serviço Social na Educação Profissional Tecnológica de Mato Grosso ocorre durante à expansão do IFMT, nesse cenário o PNAES sofre restrições dado à ofensiva neoliberal e à consequente contrarreforma da Educação, com a

escassez de recursos, para a sua manutenção, limitando as garantias de direito dos estudantes. Diante disso, o exercício profissional das Assistentes Sociais é impactado, resultando em ações burocráticas e emergenciais, dadas as condições de trabalho, decorrentes do número extremamente restritos de Assistentes Sociais para atendimento das demandas dos estudantes. O que reafirma a análise de Raichelis (2011), o quanto as Assistentes Sociais são impactadas pelas suas próprias condições de trabalho que vem sendo cada vez mais intensificadas.

A pesquisa demonstrou que o exercício profissional das profissionais do Serviço Social do IFMT se centraliza no atendimento da requisição institucional referente ao trabalho junto à Assistência Estudantil. A complexidade desse trabalho possibilitou-nos constatar que as ações profissionais ocorrem, majoritariamente, junto aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de contribuir para a permanência na instituição.

Identificamos também que embora as Assistentes Sociais do IFMT se encontrem inseridas em equipes multiprofissionais, com a perspectiva de desenvolver estratégias coletivas com outras áreas do conhecimento, no intuito de responder a complexidade das demandas postas no espaço escolar; ainda há uma falta de integração da equipe quanto ao planejamento e à sistematização das ações, as quais têm sido desenvolvidas junto às comissões e núcleos de trabalho, que atuam mais pontualmente frente às demandas dos estudantes. As ações profissionais têm se resumido em abordagens individuais das situações escolares, favorecendo muitas vezes a “[...] a reprodução das atividades determinadas pela organização contratante de seus serviços” (TORRES, 2017, p. 61).

Os resultados apontam para a necessidade de investimento permanente na Educação Profissional e Tecnológica, especificamente na área do Serviço Social; no avanço do trabalho em equipe multiprofissional; no fortalecimento do planejamento e da sistematização das ações profissionais; no desenvolvimento de ações socioeducativas; no fortalecimento do Fórum Estadual da Assistência Estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Brasília: CFESS/CRESS 2013.

GAWRYSZEWKI, Bruno. O caráter da universalização da educação básica brasileira: a diferenciação e a unificação social a partir do reposicionamento político do empresariado. *In:* MOTA Vânia Cardoso; PEREIRA Larissa Dahmer (orgs). **Educação e Serviço Social: subsídios para uma análise crítica**. Coletânea Nova do Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017, p. 135-156.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos** (Orgs). Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012, p. 39-68.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26ed. São Paulo-SP: Cortez, 2015.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. Holos, Ano 23, v. 2 – 2007. p. 4-30.

PRADA, Talita. **O trabalho em Rede na Intervenção dos Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2015. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

PRADA, Talita; GARCIA, Maria Lúcia Teixeira. Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: expansão, dilemas e desafios. *In:* DUARTE, Amanda Machado dos Santos; SILVA, Grazielle Nayara Felíico; DANTAS, Maria Conceição Borges (orgs) *et al.* **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Cortez, 2019, p. 85-106.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Serv. Soc. Soc**.[online]. 2011, n. 107, pp.420-437.

SILVA, Lucilia Carvalho. O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. *In:* PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira (Orgs). **Serviço Social e Educação**.Coletânea Nova do Serviço Social. Rio de Janeiro-RJ: Lumem Juris, 2013. p. 131-148.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Exercício Profissional: analisando a dimensão técnico operativa e as atividades desenvolvidas. **I Colóquio Internacional IV Colóquio Nacional Sobre o trabalho do/a Assistente Social– trabalho e formação profissional do/a Assistente Social no Brasil e no mundo: desafios contemporâneos**. Maceió, 2017.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do Serviço Social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** 8. ed. São Paulo-SP: Cortez, 2012.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo-SP: Cortez, 2015.